

3.

Um lema para um projeto nacional no tom desenvolvimentista dos anos cinquenta : *O surdo não é diferente de você, ajude a educá-lo*

O Regulamento do Instituto publicado em 1944 está baseado no decreto-lei 6.074, de 7 de dezembro de 1943, que dispõe sobre a sua finalidade. Assinado por Gustavo Capanema e Getúlio Vargas, Ministro da Educação e Presidente da República, respectivamente, apresenta em seu item V, do artigo 1º a responsabilidade do então Instituto Nacional de Surdos-Mudos – INSM de promover em todo país a alfabetização dos surdos e orientar tecnicamente esse trabalho em estabelecimentos congêneres. E, ainda no item III do mesmo artigo, propõe que o Instituto promova a formação de professores especializados em educação de surdos. Caberia, portanto, ao então INSM, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, organizar nacionalmente a educação de surdos. No ano de 1946, é publicado o decreto de nº. 8.605- A de 31 de agosto de 1946, que regulamenta o Ensino Normal do Instituto de Educação do então Distrito Federal de acordo com o decreto-lei de nº. 8530 de 2 de Janeiro de 1946, relativo à Lei orgânica do Ensino Normal. Essa legislação servirá de base para a criação do Curso Normal especializado no Instituto. Embora essas legislações sejam da década de quarenta, somente na gestão de Ana Rímoli (1951/1961) é que elas vão de fato ser implementadas. Interessante lembrar que o Doutor Armando em sua gestão (1930/1947) já apontara para a necessidade de organizar cursos de formação de professores e, também, defendia a criação de um Jardim de Infância no Instituto. Certamente que a frustração de seus propósitos estava, entre outras razões, ligada ao desgaste de suas relações com o governo, como vimos no capítulo anterior. Portanto, essa nova era na educação de surdos em âmbito nacional, partindo de ações do Instituto, que dona Ana vai inaugurar, tinha sido aprontada, do ponto de vista legal, no final dos anos 1940.

Entre as gestões de Armando Lacerda e Ana Rímoli houve a gestão de Mello Barreto (1947/1951) que não representou um período profícuo para a instituição. Do ponto de vista político, como vimos acima, sua entrada não foi bem aceita pelo corpo institucional. A traumática saída do Doutor Armando, que era muito querido por

alunos e funcionários, associada ao perfil disciplinador de seu sucessor corroboraram para o clima pouco amistoso e de realizações irrelevantes que caracterizaram esse curto período.

Dona Ana, ingressando na instituição e, portanto no campo da educação de surdos, como mediadora (interventora) do conflito entre seus antecessores vai desenvolver em uma década um projeto de repercussão nacional que vai dar uma virada na história do atendimento educacional aos surdos no Brasil.

A criação do Curso Normal, já no ano de 1951, recebendo alunas de todo o Brasil, foi das primeiras iniciativas de um grande projeto de descentralização, regionalização e interiorização do ensino para surdos em âmbito nacional. A culminância desse projeto, como veremos a seguir, foi a instalação da Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro, através do decreto nº. 42.728 de 3 de dezembro de 1957, assinado pelo então Presidente da República Juscelino Kubitschek.

Seis anos após a criação do Curso Normal, em 1957, já haviam cinco turmas formadas, perfazendo um total de 299 professores. A princípio, com a participação de estudantes dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e da Guanabara. Com efeito, é possível estabelecer uma relação entre o que se pratica hoje, nesses estados, em termos de educação de surdos e as iniciativas do Instituto nos anos cinquenta. Ao regressarem para seus lugares de origem essas professoras representavam a oportunidade de abertura de escolas ou classes para o atendimento de alunos surdos.

Em seu primeiro ano de funcionamento (1951), o corpo docente do Curso Normal foi constituído, em sua maioria, por profissionais (médicos e docentes) do Instituto. Uma comissão de estudos sob a presidência de dona Ana fora criada a fim de elaborar o anteprojeto das normas de funcionamento do curso. Faziam parte dessa comissão os professores que atuavam na instituição João Brasil Silvado Jr., Henrique Mercaldo e Léa Borges Carneiro. O primeiro havia ingressado no Instituto na década de vinte e os outros na década de trinta. Esse foi o primeiro curso realizado no Brasil e o terceiro na América Latina, para o fim a que se destinava. Na oportunidade, foram recrutados estudantes em todo país. Essa iniciativa buscava superar a precariedade de atendimento educacional aos surdos. Segundo estimativas colhidas no início dos anos

cinquenta, num total de 40.000 surdos, somente 1,52% recebiam algum tipo de atendimento. Por mais que o Instituto aumentasse sua capacidade de atendimento, não havia como atender seus próprios alunos e, tão pouco, a imensa demanda nacional, em função da falta de professores especializados. Vale destacar que os professores que já atuavam no Instituto não tinham formação especializada. Em sua grande maioria eram professores de português. Na realidade, suas atuações tinham como referência os conteúdos das publicações vindas dos Institutos europeus e americanos e, também, por eventuais viagens dos profissionais da instituição a esses centros buscando conhecer o que se praticava em termos de educação de surdos.

Com a expansão do ensino emendativo, a formação de profissionais especializados para o magistério assume importante centralidade. A compreensão dessa necessidade será a marca fundamental da gestão de dona Ana, em consonância com as políticas públicas nacionais na área da educação desenvolvidas nessa década. Vale ressaltar que, com a presença de Anísio Teixeira à frente do INEP¹, a ideia de reconstrução educacional do país, em bases científicas, ganha corpo, assim como a prioridade no desenvolvimento de ações ligadas à formação docente. Como vimos acima, importantes rupturas foram operadas na própria concepção do Instituto, concorrendo para projetá-lo nacionalmente, já que os cursos de formação de professores atendiam não só às demandas da Instituição como também às demandas nacionais.

Podemos identificar que o seu grande esforço foi o de formar professores a fim de suprir as necessidades do Instituto e também as demandas nacionais. Em decorrência dessas ações, importantes rupturas foram operadas na própria concepção do Instituto concorrendo para projetá-lo nacionalmente.

¹ Criado em 1937 por Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde, sendo denominado inicialmente de Instituto Nacional de Pedagogia. Seu primeiro diretor foi Lourenço Filho (1938-1945), seguido por Murilo Braga de Carvalho (1945-1952). Anísio Teixeira assume a direção do Instituto no período de 1952/1964. Segundo Mendonça (2006), múltiplos objetivos foram atribuídos ao INEP através do Decreto-Lei nº. 580, de 30 de julho de 1938: organizar a documentação relativa à história e ao estudo das doutrinas e técnicas pedagógicas, bem como das diferentes espécies de instituições educativas; manter o intercâmbio em matéria de pedagogia com as instituições educacionais do país e do estrangeiro; promover investigação no terreno da psicologia aplicada à educação, bem como relativamente aos problemas de orientação e seleção profissional; prestar assistência técnica e profissional aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independente desta, esclarecimentos e soluções sobre os problemas pedagógicos; divulgar, pelos diferentes processos de difusão, os conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógica.

Vale lembrar que o Curso Normal fora elaborado de acordo com as exigências da lei Orgânica do Ensino Normal, reestruturada pelo decreto de nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, que regulamentou a equivalência dos cursos de grau médio, permitindo às alunas por ele diplomadas o ingresso nas escolas de Direito e Filosofia.

O currículo tinha uma estrutura comum ao do Curso Normal do Instituto de Educação, com a mesma duração de três anos, e um núcleo específico relativo à educação de surdos, composto pelas seguintes disciplinas: Noções de Física, Histologia, Ensino Emendativo, Elementos de Fonética, Anatomia Geral e especializada, Didática Especial, Psicologia da Linguagem, Anatomia, Fisiologia e Patologia da Audição e da Fonação, Educação Pré-escolar da Criança Deficiente da Audição e da Fonação. As aulas de religião, que faziam parte do currículo, foram ministradas pelo então Cardeal do Distrito Federal, Dom Jaime de Barros Câmara.

No segundo ano de funcionamento do Curso Normal, no ano de 1952, dona Ana convida uma professora da Argentina para ministrar as aulas de Fonética e Didática Especial. A chegada da professora Ângela de Liza de Brienza² vai significar a retomada da perspectiva de aquisição de linguagem oral como filosofia e prática, implementando, em sua passagem pelo Instituto, as bases do método oral puro³. Durante o seu contrato de trabalho, residiu nas dependências da instituição.

Na defesa de sua concepção de educação de surdos com foco na aquisição de linguagem oral, a professora Ângela de Brienza argumentava que os surdos, na qualidade de cidadãos, tinham o direito de se comunicar na língua que os caracterizavam como filhos de um país. Para tanto, o avanço das pesquisas científicas e das novas tecnologias configuravam possibilidades concretas para as muitas etapas do processo de aquisição de linguagem oral pelos surdos.

² Ângela de Liza de Brienza era uruguaia e vivia na Argentina. Foi professora por mais de trinta anos do Instituto de Ninas Sordo Mudas de Buenos Aires. Também exerceu o cargo de vice-diretora dessa instituição. Foi indicada para desenvolver o trabalho no então Instituto Nacional de Surdos Mudos – INSM- do Rio de Janeiro, por Maria Sofia Sarrail, diretora da Instituição de Buenos Aires, a quem dona Ana Rímoli dirigiu o pedido de indicação de uma especialista. Suas atribuições no contrato assinado com o INSM eram de assumir a docência das cadeiras de Didática Especial do Surdo Mudo nas três séries do Curso Normal e, também, orientar a prática de ensino em dezesseis classes masculinas e femininas, regidas pelos alunos do Curso Normal do INSM. Além dessas atribuições, também orientava professores a trabalharem com as crianças surdas que apresentavam comprometimentos neurológicos.

³ O método oral puro tinha como principal foco o treinamento da articulação da fala e a leitura labial.

Cumprer destacar que as ideias que circulavam na década em questão acerca da educação de surdos giravam em torno da aquisição de linguagem oral tanto nos EUA, na Europa, como também aqui na América Latina. O convite de dona Ana feito a uma professora que atuava numa instituição argentina para surdos guarda um importante sentido com a história da educação de surdos na Argentina, que, historicamente, ao contrário do INES, configurou-se num espaço de tradição oralista. Segundo Skliar (1997), a fundação do Instituto na Argentina deu-se no ano de 1885, exatos trinta anos depois da iniciativa de Huet no Brasil:

El 19 de setiembre de 1885 el Congreso Nacional aprobó la ley número 1666 que decretaba la creación del Instituto Nacional para Sordos, el primer instituto con tendencia oralista em toda Latinoamérica. Junto con la sanción de la ley se encomendó a del Viso, embajador argentino em Roma, que contratara un maestro em Itália. El embajador tenía instrucciones precisas de encaminhar la búsqueda (y esto no era casual), em los Institutos de Siena y de Milan que, junto al de Como, señala Facchini (1981), constituían los bastiones oralistas, cuya influencia trascendía de las fronteras italianas y se extendía especialmente por toda Francia.

El nuevo Instituto Nacional comenzó a funcionar em abril de 1886 bajo la dirección de um recién llegado al país, um desconocido em la Argentina, pero no el mundo del oralismo: el canónigo Serafino Balestra. (Skliar, 1997, p. 60)

Quando foi realizado o Congresso de Milão em 1880⁴, Balestra era diretor do Instituto de Surdos de Comos, na Itália. Sua presença no Congresso foi marcada por calorosa defesa do trabalho de aquisição de linguagem oral. No diálogo travado com Mr. Elliott, diretor do Asilo para Surdos e Mudos de Londres que fazia a defesa do sistema combinado (sinais e fala), redarguiu afirmando que as crianças surdas podiam falar e se expressar sem nenhum sinal ou pantomima e que os Institutos deveriam adotar o método oral. Em outro momento observou que os sinais diferem assim como os países diferem-se entre si. Os sinais, segundo ele, constituem o primeiro modo natural de comunicação; no entanto, não se deve considerá-los uma linguagem no mesmo sentido que é atribuído às palavras. Como veremos mais à frente, no capítulo quarto, as ideias defendidas por Balestra foram acolhidas pela maioria dos participantes.

Curiosamente as histórias da fundação dos Institutos da Argentina e do Brasil se cruzam nas formas intempestivas pelas quais seus fundadores saíram do cargo de

⁴ Ver capítulo 4.

direção. No caso do Brasil, o professor surdo E. Huet, seis anos após assumir a direção do Instituto, sai desgastado com as autoridades do Império. No caso da Argentina, Balestra, um religioso ouvinte, sai pouco mais de alguns meses a seguir de sua posse como diretor.

Quanto à tradição oralista da instituição portenha, não há tese que sustente ter este perfil o Instituto brasileiro. É possível dizer que é justamente na diferença de suas propostas de trabalho com os surdos que reside à razão dessas instituições se aproximarem na década de 1950. É da Argentina que vem, inicialmente, o projeto de aquisição de linguagem oral na gestão de Ana Rímoli.

Como podemos constatar em seus dados biográficos, dona Ana não tinha nenhuma experiência com alunos surdos. Ao assumir o Instituto encontrou um trabalho que mais se aproximava do método combinado (sinais e fala com foco na escrita). A escolha pelo projeto de aquisição de linguagem oral era a escolha pelo que havia de mais moderno na compreensão de sua época.

No hino ao surdo composto por dona Ana em parceria com Astério de Campos⁵ para as comemorações do primeiro centenário da Instituição, encontramos em sua letra o sentido que a educação de surdos tomou nessa década:

Hino Ao Surdo Brasileiro

Em nossa Pátria queremos
 Dos surdos a Redenção;
 Aos surdos todos levemos
 As luzes da Educação.
 Não mais o ensino antiquado
 Nos simples dedos das mãos;
 Com um processo avançado,
 Salvemos nossos irmãos!

Oh! Felizes os que aprendem,
 Sem poderem mesmo ouvir;
 Com olhos a Fala entendem,
 Na Esperança do Porvir!

Os mudos podem falar:
 São, de certo, iguais a nós;
 Compreendem pelo olhar:

⁵ Astério de Campos foi Consultor Jurídico e Professor da Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro.

Aos surdos não falta a Voz.
 Avante, Mestres, avante!
 Com orgulho prazenteiro,
 Lidemos, a todo o instante,
 Pelo surdo brasileiro!

A Escola combate a Dor;
 Enche o Espírito de Luz;
 Instrução é Luz de Amor;
 Amemos como Jesus!
 Quem luta pela Instrução,
 Debaixo de um céu de anil,
 Trabalha, de coração,
 Pelo povo do Brasil!

Iluminista, cristão, fraterno, científico, moderno e redentor. Esse era o idioma falado nessa década e, também, esse era o tom das ações por ela desenvolvidas que perseguem aquela tríade composta pelos pensadores iluministas:

- Igualdade** – *Os mudos podem falar:
São, de certo, iguais a nós.*
- Liberdade** – *Aos surdos não falta a Voz*
- Fraternidade** – *Lidemos, a todo o instante,
Pelo surdo brasileiro!*

Outra iniciativa desse período, mais precisamente do ano de 1955, foi a criação da Escola Comercial Clóvis Salgado, que correspondia ao antigo ginásio e que hoje representaria o segundo segmento do ensino fundamental. O objetivo era oferecer aos alunos surdos uma formação de mais qualidade juntamente com a aprendizagem de um ofício que, nesse caso, era o de auxiliar de escritório. No entanto, o número de surdos matriculados foi insuficiente para preencher todas as vagas, resultando na abertura de vagas para ouvintes. Uma das docentes do curso, a professora Regina Rondon Krivonchein, em seu depoimento, destacou que o desempenho dos alunos surdos era muito bom. No entanto, eles se desinteressaram pelo Curso Comercial quando o INES criou, no ano de 1962, o Ginásio Industrial. Além do Curso Normal, do curso de Especialização e da Escola Comercial, foi criada, no ano de 1957, por ocasião das comemorações do primeiro centenário da

Instituição, a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro, que veremos mais detalhadamente a seguir.

Nessa oportunidade foi criado o Centro de Logopedia, o primeiro a funcionar em instituição pública no Brasil. O atendimento abrangia não só os alunos da instituição como também alunos surdos e ouvintes de outras prefeituras e unidades da federação. Eram trabalhadas diferentes dificuldades referentes aos distúrbios da linguagem e da fala, como por exemplo, dislalia, disfonia, disgrafia, dislexia e outras.

Ainda no ano do centenário do Instituto (1957), a diretora inicia um longo processo a fim de obter autorização para operar a mudança de nome do Instituto. A presença da palavra *surdo-mudo* em sua denominação já não mais condizia com as novas concepções de surdez e de surdo. Se tomarmos o termo mudez no sentido de impossibilidade comunicativa por parte da pessoa surda, tanto na utilização da língua de sinais quanto na aposta pela aquisição de linguagem oral, o conceito de mudez já estava anacrônico. Naquela altura, com a presença de jovens estudantes do Curso Normal, convivendo de forma bem próxima e muito afetiva com os surdos, as distâncias iam sendo encurtadas entre surdos e ouvintes, proporcionando inclusive, muitos romances entre os alunos surdos e as normalistas que estudavam na Instituição.

Era a repercussão dos *anos dourados*⁶ no Instituto. Inclusive uma caravana de alunos e professores da Instituição marcou presença na inauguração de Brasília. Fato este bastante documentado pela imprensa⁷.

⁶ É, principalmente, na segunda metade da década de cinquenta, do século XX, que identificamos os chamados anos dourados. No Brasil, foi um tempo de muitas conquistas nas diversas áreas da atividade social. Só para citar alguns: na política destacam-se, além da criação de Brasília, o plano de metas *50 anos em 5* do presidente Juscelino Kubitschek; na educação, a criação dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, projetando intelectuais como Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo, Carmem Teixeira, dentre outros, liderados por Anísio Teixeira; na música, João Gilberto, Vinícius de Moraes, Tom Jobim, entre outros, reinventavam a música brasileira criando a bossa nova; nos esportes, além da conquista da Copa do Mundo de futebol na Suécia, a tenista Maria Ester Bueno foi campeã em Wimbledon, o mais importante torneio do circuito de tênis; no teatro, além da genialidade de Nelson Rodrigues os textos com temáticas políticas desenvolvidos pelos grupos do Arena, liderados por Gianfrancesco Guarnieri, e do Oficina, liderados por José Celso Martinez Correia; no cinema, o filme *Orfeu Negro*, que adapta a tragédia grega Orfeu e Eurídice ao cotidiano de um morro carioca, com roteiro de Vinícius de Moraes e direção de Marcel Camus, ganha a Palma de Ouro em Cannes.

⁷ A Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – CESB – participou da Caravana de Integração Nacional que se dirigiu à Brasília em fevereiro de 1960. Os surdos também estavam inscritos no

A utilização das diversas mídias com o objetivo de divulgar o trabalho e operar aproximações da sociedade com os surdos também fazia parte das estratégias dessa gestão.

Dentre as inúmeras festividades pela passagem do primeiro centenário do Instituto, foi realizada a primeira Olimpíada Nacional de Surdos. O evento contou com a participação de vários atletas surdos, também de outros estados, destacando-se os estados de Minas Gerais e São Paulo. As competições foram realizadas na praça de esportes do Instituto e, também, nas dependências do Fluminense Futebol Clube, onde foram realizadas as provas de futebol, natação, atletismo e tiro. A abertura do evento, realizada pelo Ministro Clovis Salgado no INES, contou com a presença de inúmeras autoridades do mundo do esporte e da política.

Um exemplo a ser lembrado é o do aluno e também atleta Waldemar da Conceição que marcou a história dos esportes no Instituto. Foi destaque, nesse evento, nas modalidades de salto triplo, basquete e futebol. Mais tarde fez parte do grupo de ex-alunos que dona Ana contratou para trabalhar no Instituto. Atuou como inspetor de alunos até o final dos anos oitenta. Com ampla cobertura da imprensa local e de outros Estados, a Olimpíada Silenciosa, como era chamada pelos jornalistas, foi um sucesso tamanho de tal sorte que se repetiu por mais três anos.

Há que se destacar aqui o trabalho realizado pelos profissionais da educação física no Instituto. Muitos deles se tornaram referências importantes para os alunos. A proximidade comunicativa era tamanha que estes atuavam como intérpretes dos alunos nas cerimônias realizadas na instituição e, também, em eventos particulares dos alunos. No tempo em que a *comunicação gestual* era desestimulada nas salas de aulas, esses profissionais, de maneira espontânea, chamavam para si a responsabilidade de garantir aos alunos os sentidos do que estava sendo dito em linguagem oral pelos ouvintes.

O constante diálogo que essa gestão estimulou com a sociedade está registrado em inúmeras iniciativas junto aos canais de comunicação e a grande mídia. Encontramos muitos registros dessas aproximações dentre eles a presença de alunos

ideário integrador imprimido por JK. Do Instituto partiram dois carros com alunos e professores sob a responsabilidade da professora Odete Rímoli, irmã de Ana Rímoli.

em programas de televisão, recém inaugurada no Brasil, visando difundir o trabalho realizado no Instituto e as reais potencialidades do surdo. Inclusive no programa de muito sucesso nos anos cinquenta, do apresentador Jota Silvestre, *O Céu é o Limite*, ocasião em que uma aluna do Instituto, respondeu, oralmente, sobre a vida do presidente Juscelino Kubitscheck. A intenção era aproximar os ouvintes dos surdos, apresentando estes não como diferentes que deveriam ser mantidos afastados do convívio social, mas, sim, pessoas eficientes que se fossem expostas a um bom programa educacional poderiam estar em situação de igualdade em relação aos ouvintes.

No Regimento do Instituto, aprovado através do decreto nº. 38.738 de 30 de Janeiro de 1956, consta dentre outras finalidades a necessidade de preparar *professores e técnicos em educação e reeducação dos deficientes da audição e da palavra*, a fim de atuarem em todo o Brasil. Destaca-se que, sendo o Instituto único órgão integrante do Ministério da Educação e Cultura com suas características na estrutura federal, tinha a responsabilidade de lançar políticas de atendimento ao surdo em todo território nacional. Portanto, pensar as ações do Instituto seria pensá-las em seu alcance nacional. Como vimos, as políticas implementadas por Dona Ana, assim que assumiu a direção do Instituto, no início da década de 1950, tinham como foco a formação de professores para o magistério especializado. Não havia até então nenhuma ação nesse sentido. Nem internamente, no âmbito da instituição, nem em ações nacionais. Até então não havia cursos de formação para professores atuarem com alunos surdos. O trabalho realizado pelo Instituto nas décadas que precederam a gestão de Dona Ana tinha como objetivo oferecer uma profissão e uma linguagem, oral e ou escrita. Nesse sentido, a década em questão produziu uma profunda ruptura na dinâmica institucional, na medida em que assumiu responsabilidades nacionais. Visão essa somente encontrada, embrionariamente, na gestão de Tobias Leite.

A atividade artística no Instituto sempre revelou uma capacidade de produção extraordinária dos alunos. No ano de 1953, um novo incremento é dado com a criação do Curso de Artes Plásticas, orientado pela Escola Nacional de Belas Artes. O objetivo era o aprimoramento das aptidões dos alunos com talento para as artes. Alguns dos grandes nomes das artes plásticas brasileiras foram professores do

Instituto. Só para citar alguns: Bandeira de Mello, Bustamante Sá e Lígia Clark. Dentre algumas esculturas produzidas pelos alunos do Instituto nesse período constam do acervo do INES, a de Tiradentes com quase dois metros e um busto retratando dona Ana.

Em decorrência desse curso, muitos ex-alunos vivem de sua arte até hoje. Em uma feira que acontece todos os domingos, no bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro, conhecida como Feira Hippie, artistas surdos formados pelo INES expõem e vendem suas obras de arte para visitantes nacionais e estrangeiros.

Um outro evento que marcou a gestão de Ana Rímoli foi a visita em 1953 da americana Helen Keller. Celebridade mundial, reconhecida por sua trajetória de sucesso tendo escrito vários livros sobre a sua experiência como pessoa surda e cega. Em depoimento⁸, Álpia Couto, então aluna do Curso Normal do Instituto, lembra do dia de sua visita e de um episódio que chamou muito a sua atenção. Em dado momento, ao receber muitas braçadas de flores, pode reconhecer as cores de cada uma pelo cheiro por elas emanado (ROCHA, 2007).

Ainda nos anos 1950, são intensificadas as publicações no INES. De autoria da diretora Ana Rímoli, são publicados os seguintes livros: *Manual de Educação da Criança Surda*, *Ensino Oro-Áudio-Visual para os Deficientes da Audição*, *Introdução à Didática da Fala*, *Compêndio de Educação da Pessoa Surda*. Em 1968, já afastada da direção da instituição, dona Ana traduz uma série de oito publicações extraídas da revista *The Volta Bureau*, órgão do Centro Internacional de Informações sobre Surdez, sediado em Washington. É nesse período da história do Brasil e também do INES que a influência francesa vai dando lugar à influência americana em vários campos de nossa atividade política, cultural e educacional. Os olhares do INES começam a se voltar para Gallaudet College (fundada em 1815), instituição criada pelo reverendo americano Thomas Hopkins Gallaudet (1789-1851) e pelo professor surdo Laurent Clérc (1785-1869), e vai deixando de olhar para o Instituto Nacional dos Jovens Surdos de Paris (fundado em 1791).

⁸ Depoimento prestado nas dependências do INES, no ano de 1997, por ocasião das comemorações dos 140 anos da instituição. O depoimento faz parte do acervo documental do Instituto e foi gravado em mídia VHS.

A lista de livros de seu acervo pessoal, doada por sua filha à biblioteca do Instituto, revela seu alinhamento intelectual à produção de autores de língua inglesa.

Os conteúdos dessa literatura têm como objeto principal o desenvolvimento da fala e da linguagem e, também, conteúdos sobre educação e psicologia infantil. Também presentes nessa lista obras de John Dewey, Fernando Azevedo, Lourenço Filho que a aproximam dos ideais escolanovistas. O livro de Fernando Azevedo traz sua assinatura junto ao registro do ano de 1930, quando dona Ana fazia o Curso Normal da USP.

3.1

Um filme em Campanha

Para que possamos nos aproximar dessa década, além dos depoimentos das ex-alunas do Curso Normal - Regina Morizot, Álpia Couto e Ismênia Silva-, duas outras fontes documentais são bastante significativas na identificação do clima de otimismo presente nos anos 1950 no Instituto. São elas: a produção cinematográfica *Mundo Sem Som* e os Anais da Primeira Conferência Nacional de Professores de Surdos. Ambos se capacitam a nos informar sobre *o clima dos anos dourados* no INES pelas aproximações que apresentam, no exame de seus conteúdos, com as categorias de análise que são utilizadas em muitos estudos que contemplam esse período, tais como: desenvolvimentismo, entusiasmo, otimismo, interiorização. Vale lembrar que o filme era uma peça de publicidade da Campanha para Educação do Surdo Brasileiro.

Havia uma intenção explícita de tirar o surdo de seu confinamento familiar e de trazê-lo para o convívio social, pela via da educação, através de inúmeras ações. Uma delas seria o efeito da troca da denominação *Mudez* pela denominação *Educação*. Na própria comunidade do bairro das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, onde o INES funciona desde a década de oitenta, do século XIX, por muito tempo a instituição foi referenciada como lá nos *Surdos-Mudos*. Havia nessa designação uma carga negativa que ronda as instituições fechadas.

Em julho de 1957, finalmente, o decreto de mudança do nome é assinado pelo Ministro da Educação Clóvis Salgado e pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek, passando, então, a instituição a ser denominada Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

Um dos personagens envolvidos na luta pela mudança do nome foi o cineasta Aloízio T. Carvalho⁹, que vinha a ser amigo do capitão Tarso Coimbra. Esteve em Brasília também tentando interceder pela mudança do nome. No final dos anos 1950, realiza um documentário sobre o Instituto chamado **Mundo sem Som**, que acabou por ser premiado no Brasil. O documentário também ficou conhecido internacionalmente, ao ser exibido no I Congresso Ibero-Americano de Surdos realizado na Espanha, causando excelente impressão. Narrado por Cid Moreira, o roteiro apresenta a história de um menino que é entregue pelos pais aos cuidados do Instituto. O trabalho desenvolvido com a criança é o recurso utilizado para apresentar a instituição. O tom é de muito otimismo, apresentando a aula inaugural do curso de formação de professores, ministrada por Clovis Salgado, então ministro da Educação e, também, aspectos do trabalho de preparação para a fala e estimulação auditiva realizada com o menino. Ao fim, a criança é entregue aos pais e como resultado do trabalho realizado pelo Instituto o menino abraça o pai e diz em linguagem oral - *papai*.

O filme apresenta aparelhagens modernas de estimulação auditiva e passa a ideia da necessidade de superar a comunicação por sinais pela fala que, naquela altura, contava com o apoio das novas tecnologias para o seu desenvolvimento. Curioso observar que a despeito de mostrar exercícios de estímulo à fala, exercícios de estimulação auditiva – alguns realizados pela diretora –, quando o filme apresenta imagens espontâneas do cotidiano institucional, os surdos estão se comunicando através de sinais.

⁹ Aloízio T. Carvalho nasceu em Salvador, BA, no ano de 1924. Possui uma rica obra cinematográfica, dentre elas o clássico da comédia nacional *Maluco por Mulher*, com Zé Trindade. Além de diretor de cinema, também trabalhou como produtor de teatro e documentarista. Aloísio assina o roteiro e a direção do filme sobre o Instituto. Consta no acervo do INES cópia do documentário.

3.2 A Campanha

Convencida de que esta coletividade de surdos a educar dará, em futuro não muito distante, cidadãos úteis à Pátria, a direção do Instituto Nacional de Educação de Surdos, com o beneplácito do Senhor Ministro da Educação e Cultura, propugna pela ampliação da rede educativa, na qual os deficientes da audição e da fala possam condignamente situar-se.

Para levar a bom termo esse intento e baseada no preceito constitucional de que a educação é direito de todos (e os deficientes sensoriais podem recebê-la, com êxito), esta direção houve por bem propor a Sua Excelência, o Senhor Ministro da Educação e Cultura, a criação da CAMPANHA PARA A EDUCAÇÃO DO SURDO BRASILEIRO, cujas finalidades primordiais seriam: a organização e o financiamento de planos exequíveis de proteção e ajuda aos deficientes da audição e da fala e a promoção de iniciativas assistenciais, técnicas estatísticas que se enquadrem na educação ou reeducação dos aludidos deficientes, com o objetivo de soerguê-los moral, cívica e socialmente.(Ministério da Educação e Cultura, 1957, p. 6)

Este é um pequeno trecho do ofício que acompanhou o anteprojeto de criação da Campanha, assinado por Ana Rímoli em 27 de novembro de 1957. Poucos dias depois, é publicado o Decreto que instituiu a Campanha:

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1. Fica instituída, no Instituto Nacional de Educação de Surdos, do Ministério da Educação e Cultura, a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (C.E.S.B.).

Art. 2º. Caberá à Campanha promover, por todos os meios a seu alcance, as medidas necessárias à educação e assistência, no mais amplo sentido, aos deficientes da audição e da fala, em todo Território Nacional, tendo por finalidades precípuas:

- a) organizar, financiar e executar planos de proteção e ajuda aos deficientes da audição e da fala;
- b) promover iniciativas assistenciais, artísticas, técnicas e científicas atinentes à educação e reeducação dos deficientes da audição e da fala, tendo sempre como objetivo o seu soerguimento moral, cívico e social;

Art. 3º. Para a consecução dos objetivos previstos no artigo anterior, a Campanha deverá:

- a) auxiliar a organização de congressos, conferências e seminários, festivais e exposições referentes aos deficientes da audição e da fala;
- b) auxiliar a construção, reconstrução e conservação de estabelecimentos de ensino;
- c) financiar bolsas de estudos, inclusive transporte de bolsistas, no país e no estrangeiro, para fins de aperfeiçoar e formar pessoal especializado na pedagogia emendativa;
- d) manter um serviço de intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras ligadas ao problema dos deficientes da audição e da fala;
- e) cooperar com os órgãos federais, estaduais e municipais e particulares de caráter cultural relacionados com a educação dos deficientes da audição e da fala;

f) custear o pagamento de professores e de pessoal técnico, em caráter permanente ou temporário, nas unidades da Federação com igual objetivo.

Art. 4º. Dirigirá a Campanha o Diretor do Instituto Nacional de Educação de Surdos, que terá uma Assessoria, cujos componentes serão pelo mesmo Diretor designados.

Art. 5º. Haverá um fundo especial para custeio das atividades da Campanha, e que será constituído de:

- a) doações e contribuições que forem previstas nos Orçamentos da União, dos Estados, dos Municípios e de entidades paraestatais e sociedades de economia mista, para os fins objetivados neste Decreto;
- b) contribuições de entidades públicas e privadas;
- c) donativos, contribuições e legados particulares;
- d) renda eventual do patrimônio da Campanha;
- e) dotações orçamentárias referentes a serviços educativos e culturais.

Art. 6º. A Campanha poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas para a consecução de seus desígnios.

Art. 7º. O Ministério da Educação e Cultura baixará as instruções necessárias à organização e execução da Campanha.

Art. 8º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1957; 136º da Independência e 59º da República.

Juscelino Kubitschek / Clovis Salgado

Como vimos, seu principal objetivo era o de promover as medidas necessárias para a educação e à assistência ao surdo num raio de ação que se estendia por todo o território nacional. A ideia era a de assegurar a educação e a assistência *aos deficientes da audição e da fala*, por todo Brasil, dando prosseguimento às políticas de formação de professores especializados, que iriam atuar nas futuras escolas que deveriam ser abertas para atendimento aos escolares surdos. Para tanto foram criados Centros Regionais de Coordenação, cuja finalidade era de planejar, supervisionar, assistir, técnica educativa, material e financeiramente, às Unidades da Federação.

Em carta¹⁰ endereçada ao ministro Cândido Mota Filho, no ano de 1954, Anísio Teixeira lembra que a assistência técnica ao ensino primário faz-se pelo sistema de Bolsas de aperfeiçoamento e estágio oferecidas aos professores dos estados, com isso pede ajuda para essas modalidades de ensino ao Governo Federal. Informa também que foram incluídos no orçamento recursos para a criação de um Centro Nacional de Estudos Educacionais no Rio de Janeiro e Centros Regionais no Recife, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul, destinados a se constituírem, dentre outras funções, em Centros de treinamento, formação e aperfeiçoamento de educadores, administradores e professores do ensino primário e normal. Lembra ainda que esses Centros devem funcionar como braços do INEP e articulados com o

¹⁰ Carta de Anísio Teixeira ao Ministro da Educação Cândido Mota Filho. AT c 1954. 12.00. Rolo 39, fot.201. Arquivo Anísio Teixeira – CPDOC/FGV. Série Correspondência.

Centro Nacional com o objetivo de “*receber deste toda a assistência técnica e lhe servirem de núcleo de coleta de dados para a integração da obra do INEP no espírito das regiões diversificadas em que se divide o país*”.

Nesse modelo em relação à educação de surdos, o Instituto assumiria a função de Centro Nacional sendo referência para os cinco Centros Regionais criados e distribuídos da seguinte maneira:

CR-1, com sede em Belém do Pará, abrangendo os estados do Pará, Amazonas, Maranhão e os então Territórios do Acre, Rondônia, Rio Branco e Amapá;

CR-2, com sede em Salvador, abrangendo os Estados da Bahia, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe;

CR-3, com sede em Belo Horizonte, abrangendo os Estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Espírito Santo;

CR-4 com sede no Distrito Federal, abrangendo o Distrito Federal e os estados de São Paulo e Rio de Janeiro;

CR-5 com sede em Porto Alegre, abrangendo os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina;

Cumprir destacar que, com a criação desses Centros Regionais, o ensino emendativo (hoje denominado educação especial) foi descentralizado, permitindo, com isso, a criação de classes especiais em escolas públicas, a criação de escolas especializadas e, também, a concessão de bolsas de estudos para que os alunos surdos pudessem estudar em escolas particulares. Os professores encarregados dos Centros Regionais e da Coordenação da Campanha – C.E.S.B. – foram os seguintes: Clóvis Augusto Salgado em Belo Horizonte, Aldina Maria de Jesus na Bahia, Sara Sassone Zuckernann no Rio Grande do Sul e Córdélia Raiol Nunes no Pará, além de Helena Antipoff que era Diretora da Sociedade Pestalozzi do Brasil e Rosina Noce de Carvalho, presidente da Associação de Assistência à Criança Surda no Rio de Janeiro. Quanto ao financiamento dessas ações, o decreto previa a possibilidade de, além de ser financiado por recursos públicos, o projeto “poder e dever” receber recursos privados.

Finalmente, como havia desejado o Doutor Tobias quase um século antes, havia em curso um projeto nacional para atendimento aos surdos brasileiros.

Em julho de 1958 é realizada uma Noite de Gala no Teatro Municipal do Rio de Janeiro cuja renda reverteria para a Campanha. O evento foi organizado pela filantropa Maria Antonieta Leite Leal, contando com a presença de autoridades, políticos e personagens da sociedade carioca. O espetáculo apresentado foi a ópera bufa Dom Pasquale, interpretada pelos tenores Paulo Fortes e Guilherme Damiano. No encarte que foi distribuído contendo a programação do evento, consta um texto de dona Ana Rímoli que versa sobre a importância da Campanha e, também, destaca o apoio que vem recebendo do então presidente Juscelino Kubitschek e de seu ministro da Educação, Clovis Salgado.

Numa publicação realizada pelo Ministério da Educação e Cultura de 1959, intitulada *Desenvolvimento da Educação e Cultura no governo Juscelino Kubitschek*, encontramos um quadro comparativo dos investimentos feitos em educação e cultura na década de 1950. Aqui já podemos encontrar alguns dados referentes ao trabalho realizado pelo Instituto. Antecedendo à exposição dos números, um significativo título:

Surto de progresso instalado no Brasil.

Investimentos:

Educação e cultura:

1955- Cr\$ 3.798.475.750

1959- Cr\$ 13.224.142.989

O aumento correspondeu a 248%

Ensino primário:

1955- Cr\$ 277.266.704

1959- Cr\$ 1.968.434.800

O aumento correspondeu a 609%

Criação de salas de aula:

1952-1955 – 1.955

1956-1959 – 2.364

O aumento correspondeu a 30%

Colégio Pedro II

1955: 3.000 alunos

1959: 7.740 alunos

Inovação da criação de uma lista tríplice eleita pela sua Congregação, *abrindo mão o Governo de nomear qualquer um dos seus professores catedráticos*

Nova concepção para o Ensino Comercial e para as Escolas Industriais

O Ensino Emendativo mereceu do Governo Kubitschek atenções especiais, através da criação das Campanhas Nacionais de Educação de Surdos e de Cegos

O salto de alunos matriculados no Instituto:

1955- 502 alunos

1959- 921 alunos

Em 1955, havia dez unidades educativas para surdos

Em 1959, 84 unidades educativas

Criação do Curso de Especialização de Professores de surdos e também o Curso Normal Rural (preparar professores para a zona rural)

Também no documento citado encontram-se as ações relativas à *difusão de cultura e a promoção educativa pela imagem dinamizadas pelo INCE - Instituto Nacional do Cinema Educativo*.

Cerca de trinta e oito filmes educativos foram produzidos com conteúdos de natureza didática, artística, histórica e científica. Foram feitas mais de mil cópias desse trabalho, sendo que grande parte destas cópias eram destinadas às escolas. Também consta no documento a criação da Diafilmes que tinha como foco desenvolver aulas sobre temas presentes no ensino de História, Geografia, dentre outras disciplinas. Esses trabalhos foram distribuídos aos cursos ginasiais com tiragem de mais de oito mil cópias.

O INES foi contemplado por esse projeto, tendo recebido projetores cinematográficos de 16 mm. As sessões de cinema no Instituto eram sempre as sextas-feiras. Alguns desses filmes estão no acervo da instituição, dentre eles, biografias (Villa-Lobos, Darwin, Mario de Andrade entre outros) além de temas relacionados às demais disciplinas.

Nos dados da gestão JK insere-se o INES e o resultado do trabalho de uma década. A Campanha de Educação do Surdo Brasileiro só foi possível ser implementada porque já havia profissionais formados para atuarem nesse projeto de universalização da educação de surdos através da regionalização de suas ações.

Certamente que a mais completa tradução desse ideário é a convocação contida no lema da Campanha Para a Educação do Surdo Brasileiro do ano de 1957: ***O surdo não é diferente de você. Ajude a educá-lo.*** No que se referem às ideias pedagógicas, era um esforço de aproximação com a capacidade do aluno ouvinte,

pavimentando a ideia de tê-los frequentando as escolas regulares em classes especiais ou mesmo junto com os ouvintes.

O mapa abaixo apresenta o quantitativo de professores formados pelo Instituto durante a gestão de Ana Rímoli:

MAPA DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS ESPECIALIZADOS PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS, DIPLOMADOS PELO I.N.E.S.
NO PERÍODO — 1951 - 1961

PROCEDÊNCIAS	C. NORMAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES						CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO				C. NORMAL - RURAL			TOTAL DE PRO- FESSORES POR ESTADO	
	1951-53	1952-54	1953-55	1954-56	1955-57	Total por ESTADO	1957-58	1958-59	1959-60	1960-61	Total por ESTADO	1959-60	1960-61		Total por ESTADO
Rondonia								1			1				1
Amazonas							2		1		3				3
Pará							4			1	5		1	1	6
Maranhão										1	1		4	4	5
Ceará							3	4	4	2	13				13
Rio G. do Norte							1		1		2				2
Pernambuco							3		2	6	11				11
Alagoas								1			1		1	1	2
Sergipe									1	4	5				5
Bahia							6	3		5	14		1	1	15
Minas Gerais							2	6	8	3	19		3	3	22
Espirito Santo							1	6	1		8				8
Estado do Rio										1	2		2	2	4
Est. da Guanabara	52	54	50	85	40	281					1	60	18	78	360
São Paulo					1	1	10	6	4	2	22				24
Paraná					1	1				6	6		1	1	8
Santa Catarina				4	1	5							1	1	6
Rio G. do Sul				9	2	11		1	3	1	5		3	3	19
Mato Grosso										6	7				7
Goiáz								1	1	1	3				3
	52	54	50	98	45	299	37	30	32	35	129	60	36	96	TOTAL: 524

Fonte: Ministério da Educação e Cultura/INES/Campanha de Alfabetização do Surdo Brasileiro. Educação de Surdos, Boletim Informativo nº.1, setembro de 1962.